

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	49
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	52
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	53
10.5 - Políticas contábeis críticas	54
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	56
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	57
10.8 - Plano de Negócios	58
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 Política de gerenciamento de riscos

#### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de agosto de 2019.

#### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A política de gerenciamento de riscos tem como objetivo estabelecer diretrizes, controles, procedimentos e responsabilidades relacionadas à identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar a realização das suas estratégias e objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as áreas da Companhia, e é integrado às metas e objetivos estratégicos de seus negócios. O gerenciamento de riscos da Companhia requer participação ativa de todos os colaboradores, aplicação das melhores práticas e a disseminação da cultura e do conhecimento de mitigação dos riscos em todas as suas instâncias.

O processo de gerenciamento de riscos é composto pelas seguintes etapas, desenvolvidas de maneira integrada e contínua: (i) identificação; (ii) avaliação; (iii) priorização; (iv) definição das recomendações; (v) implantação das ações; e (vi) monitoramento.

Ao adotar um processo de gerenciamento de riscos, os principais benefícios esperados pela Companhia são:

- Melhoria dos resultados e perenidade do negócio;
- Aumento da transparência dos riscos aos quais a Companhia está sujeita, bem como das estratégias de mitigação;
- Integração da gestão de riscos como parte das atividades das áreas de Negócio;
- Elevação do nível de maturidade em gestão de riscos;
- Difusão da cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Companhia; e
- Contribuição para a busca da excelência na gestão empresarial.

#### (i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 e busca proteção para as principais categorias de risco que possa impactar suas atividades e operações:

- Riscos operacionais – são riscos que envolvem a operação, sistemas de informação, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem, declínio do resultado da Companhia, dentre outros;
- Riscos estratégicos – são riscos que podem impedir ou afetar o atingimento das decisões estratégicas da Companhia para os objetivos do negócio;
- Riscos financeiros – são riscos decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, taxa de câmbio, dentre outros. Os riscos financeiros

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

também englobam os riscos de crédito, causados por falhas de cliente ou contraparte de um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais, que podem ocorrer principalmente dos recebíveis originados por clientes do varejo, por aplicações financeiras e riscos de liquidez; e

- Riscos de Compliance: são riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos, políticas internas e código de conduta da Vivara, ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira e prejudicar a imagem e reputação da Companhia.

### **(ii) Instrumentos utilizados para proteção**

A Companhia identifica e trata os riscos a que está exposta de forma a controlar suas atividades e sistemas de informações financeiros, operacionais e gerenciais, a fim de garantir que:

- Os riscos de negócio sejam identificados, avaliados e minimizados a um nível aceitável;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, minimizando os custos associados a atividades de controle desnecessárias e/ou a riscos não controlados;
- As áreas potenciais de conflitos de interesse sejam identificadas e os riscos associados sejam minimizados visando assegurar o cumprimento dos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais, bem como, do Código de Conduta;
- Todos os gestores exerçam o papel de “guardiões” da eficácia dos controles dos processos sob sua alçada;
- As recomendações sejam devidamente implementadas, com o objetivo de minimizar o risco dos procedimentos não conformes com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a fraudes, multas e/ou sanções de órgãos externos;
- Os objetivos estratégicos sejam atendidos; e
- Revisões periódicas das políticas, normas e procedimentos das áreas de negócio.

Os instrumentos utilizados pela Companhia são implantados pelos seguintes meios:

1) Auditoria interna: A Companhia realiza auditoria interna em relação a 100% de seus processos, conforme diretrizes estabelecidas no Plano de Auditoria de Processos, elaborado pela área de Auditoria Interna.

2) Auditorias de acompanhamento (follow up): Posteriormente à realização de auditorias internas, a Companhia realiza um monitoramento para confirmação que os planos de ação acordados no âmbito das auditorias internas foram efetivamente implantados.

3) Testes de conformidade: Os testes de conformidade têm como objetivo identificar os riscos aos quais a Companhia está exposta e definir planos de ação com as áreas de negócio para mitigar a exposição ao risco.

4) Matriz de Riscos: A matriz de riscos da Companhia contempla riscos que podem afetar os seus objetivos de negócios, e são classificados em 4 (quatro) grupos: (i) riscos estratégicos (que, dentre outros, engloba o risco político); (ii) riscos de operações (que, dentre outros, engloba o tecnológico e ambiental); (iii) riscos financeiros; e (iv) riscos de compliance (que, dentre outros, engloba o risco regulatório).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5) Canal Aberto: A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, e ao público em geral, um canal exclusivo para relatos de situações consideradas antiéticas, que violem seu Código de Conduta, suas políticas e procedimentos internos e/ou a legislação vigente. Os relatos são recebidos por uma empresa independente e especializada e podem ser realizados de forma anônima, garantindo, assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses. Todas as informações são tratadas sem rastreamento, protegendo completamente a identidade do colaborador ou do terceiro. Relatos podem ser feitos a qualquer momento pelo link [canalaberto-vivara.com.br](https://canalaberto-vivara.com.br) ou pelo telefone 0800 377 8024.

6) Apurações de desvios de conduta: A Companhia realiza apurações internas de violações a leis ou políticas internas, e aplica medidas disciplinares de acordo com a gravidade de cada situação. Todas as violações identificadas são levadas ao conhecimento dos Diretores responsáveis e do Diretor Presidente.

7) Treinamentos Periódicos: A Companhia conta com um programa de treinamento com foco em compliance e obrigatório a todos os colaboradores convocados, para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta.

8) Due diligence de terceiros: A Companhia realiza uma avaliação legal anual de documentação pública dos fornecedores e prestadores de serviços cujas contratações envolvam pagamentos com valor igual ou superior a R\$50.000,00, conforme diretrizes do Processo de Fluxo de Contratação e Validação de Contratos criado em 09 de abril de 2019. Além disso, para determinados fornecedores como por exemplo: fornecedores de matérias-primas, produto para revenda ou que tenham alguma interação com agente público em nome da Companhia, a companhia realiza ampla pesquisa reputacional prévia fornecida por terceiros especializados.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, da área de Auditoria Interna, da área de Compliance, da área de Gestão de Riscos & Controles Internos, Prevenção a Perdas e das áreas de negócio, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. Esta seção elenca as principais responsabilidades de tais órgãos neste processo:

- Conselho de Administração

- (a) Definir o apetite a riscos da Companhia;

- (b) Acompanhar a evolução da gestão de riscos por meio do enquadramento da Companhia nos limites estabelecidos;

- (c) Apoiar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos;

- (d) Monitorar o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e definir casos de conflitos e impasses nas decisões a serem tomadas; e

- (e) Definir os direcionamentos e decisões levados pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças para aprovação.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças

- (a) Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;
- (b) Supervisionar as atividades da área de Gestão de Riscos & Controles Internos;
- (c) Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração, apontando as causas e responsabilidades;
- (d) Recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia;
- (e) Assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e
- (f) Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

- Área de Compliance

- (a) Assegurar a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos da Companhia;
- (b) Desenvolver e gerir políticas e normas internas, a fim de padronizar procedimentos e orientações existentes nas diferentes áreas e atender as legislações vigentes;
- (c) Desenvolver o programa de integridade e as ferramentas de *compliance* da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados;

- Área de Gestão de Riscos & Controles Internos

- (a) Garantir a estrutura de controles internos que permitem compreender os principais riscos decorrentes de fatores internos e externos, com vista a assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma eficiente;
- (b) Monitorar os controles associados aos principais riscos existentes na Companhia;
- (c) Manter sistemas e rotinas de controles internos alinhados com as melhores práticas de mercado, bem como revisões periódicas e atualizações, para que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente corrigidas;
- (d) Observar, avaliar e recomendar a segregação de funções, de modo a eliminar atribuições de responsabilidades conflitantes, assim como reduzir e monitorar, com a devida independência, potenciais conflitos de interesse existentes nas ou entre as áreas de Negócios;
- (e) Elaborar, periodicamente, relatórios e indicadores para a Diretoria e comitês relacionados;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- (f) Promover a cultura de gerenciamento e mitigação dos riscos da Companhia;
- (g) Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e de governança;
- (h) Fornecer ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia;
- (i) Apoiar as áreas de Negócio para a elaboração dos planos de ação; e
- (j) Disponibilizar indicadores e informações ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças para posterior deliberação sobre os níveis de *Apetite a Risco*.

- Área de Prevenção de Perdas

- (a) Avaliar os controles de estoque dos pontos de venda, centros de distribuições e fábrica pela 1ª linha, na execução e análise dos inventários;
- (b) Elaborar o Cronograma Anual de Inventários nos pontos de vendas e área de suporte, inclusive fábrica e centros de distribuição, e submetê-lo à aprovação do Diretor Presidente, para posterior execução;
- (c) Executar os inventários nos pontos de vendas e áreas de negócio;
- (d) Divulgar os resultados dos inventários sobre o controle dos estoques (relatórios, apresentações executivas, sumários executivos);

- Área de Auditoria Interna

- a) Elaborar o Plano Anual de Auditoria de Processos e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração, para posterior execução;
- b) Elaborar programa de trabalho para cada auditoria;
- c) Executar os testes de auditoria;
- d) Divulgar os resultados das auditorias (relatórios, apresentações executivas, sumários executivos);
- e) Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança;
- f) Fornecer ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e à área de Gestão de Riscos & Controles Internos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia;
- g) Apoiar as áreas de Negócio para elaboração dos planos de ação;
- h) Apoiar e executar os testes para atender a auditoria externa;
- i) Realizar auditorias de acompanhamento (*follow up*); e
- j) Disponibilizar indicadores e informações ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Auditoria, Riscos e Finanças, para posterior deliberação sobre os níveis de apetite a risco.

- Áreas de Negócios

- (a) Identificar e monitorar os riscos envolvidos direta ou indiretamente nas operações sob sua gestão;
- (b) Executar as atividades e tomar decisões em linha com as disposições da política de gerenciamento de riscos e das demais diretrizes da Companhia, de forma a minimizar sua exposição a riscos;
- (c) Implantar os planos de ação em resposta ao monitoramento dos riscos envolvidos direta ou indiretamente nas operações sob sua gestão, de acordo com as deliberações tomadas em conjunto com a área de Auditoria Interna, Compliance, o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ou o Conselho de Administração.

Medidas de Gerenciamento sobre os Efeitos da COVID-19

Os impactos da COVID-19 sobre seus colaboradores, operações, economia, fornecimento e demanda de seus produtos, são monitorados por meio de um comitê especificamente estabelecido para tanto. Tal comitê diariamente avalia a evolução da situação da pandemia, implementando planos de contingência para atuar rapidamente, de modo a minimizar os eventuais efeitos adversos.

### **(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos.**

Com base nas informações descritas nesta seção 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos é adequada.

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças é responsável por avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

A área de Auditoria Interna monitora a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança da Companhia. Além dos diversos mecanismos de controles das áreas de Negócios, a área de Auditoria Interna executa os trabalhos previstos no Plano Anual de Auditoria de Processos para verificação da efetividade das políticas, normas e procedimentos da Companhia.

A área de Auditoria Interna ainda conduz auditorias de acompanhamento (*follow up*), para confirmar que os planos de ação acordados no âmbito das auditorias internas foram efetivamente implantados.

O Conselho de Administração declara que a área de auditoria interna da Companhia possui estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado****(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia. Temos uma Política Financeira e de Gestão de Riscos Financeiros para Investimentos, Captações e Hedge Cambial que suporta as operações da Companhia.

Em particular, essa Política inclui a definição de Governança para decidir de assuntos financeiros, a determinação de ratings mínimos de contrapartidas para aplicações, a necessidade de proteção cambial para as dívidas financeiras denominadas em moedas estrangeiras, e o uso equilibrado dos mesmos índices de taxas de juros para ambas operações de ativo e passivo, permitem mitigar esses riscos de mercado.

**(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. A gestão de riscos da Companhia é baseada (mas não se limita), no COSO-ERM, padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 04 (quatro) etapas:

- A. Identificação dos riscos:** identificação dos fatores (causas) de Riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- B. Avaliação:** cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos Riscos sobre os resultados projetados. A avaliação inclui o desenvolvimento de modelagens a partir de fatores de risco bem como sua correlação com outros riscos;
- C. Proposta de Limites:** nível de Risco que os administradores estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor. Os limites de riscos serão definidos tanto para impacto quanto para os indicadores;
- D. Planos de Ação:** conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do Risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

**(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Os Riscos para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio e risco de taxa de juros.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Os Riscos de mercado são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Entre os riscos de mercado, incluem-se a instabilidade cambial na qual a Companhia não pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia; elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

Cabe à Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia a função de gestão e identificação aos riscos de mercado que a Companhia está exposta.

### **(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia utiliza swaps para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial, a qual se dá em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira. No caso da utilização destas operações, elas são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e conforme as práticas da Companhia, que estabelecem que a exposição no balanço deve ser entre 80% a 100% neutralizada.

### **(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia utiliza atualmente contratos de *swap* como principal mecanismo de proteção contra riscos relacionados a flutuações das taxas de câmbio a que estamos sujeitos em razão de alguns de nossos contratos de endividamento. Tais contratos eliminam nossa exposição ao risco cambial, substituindo-a por uma exposição pós-fixada em moeda local e variação do CDI (certificados de depósitos interbancários). Entendemos que a substituição da variação cambial pela variação pós-fixada em CDI nos expõe a um risco menor de mercado, uma vez que nossas obrigações financeiras sofrerão oscilações semelhantes à taxa de juros de mercado, na mesma extensão de nossas vendas financiadas caracterizando, assim, um risco macroeconômico.

Não utilizamos o instrumento de hedge ou outros instrumentos para a proteção patrimonial em relação a riscos de variações nas taxas de juros ou câmbio.

### **(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

#### Risco de Taxas de Juros:

Possuímos aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos indexados ao CDI, expondo esses ativos e passivos a flutuações nas taxas de juros. Os administradores da Companhia monitoram o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratarmos instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

De qualquer forma, equilibramos as operações de ativo e passivo usando os mesmos índices de taxas de juros para mitigar esse Risco.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Risco de Taxa de Câmbio:

Os administradores da Companhia contratam operações de swap junto a instituições financeiras de primeira linha, com o objetivo de proteção contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros. Para a maior parte dos contratos de empréstimo com exposição à variação cambial é realizada uma operação casada de *swap* cambial na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidada pelo seu valor líquido.

Como consequência de tal gerenciamento, os riscos cambiais são minimizados, uma vez que a maior parte dos passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira está atrelada a contratos de *swap*, de modo que o tratamento contábil e financeiro desse passivo é denominado em moeda local.

A Companhia não possui limites definidos de exposição aos riscos de mercado.

**(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia opera com instrumentos financeiros com o único propósito de proteção patrimonial e previsibilidade do Fluxo de Caixa.

**(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A administração destes riscos é efetuada por meio das estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia, sendo aplicável ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos, no que couber, incluindo a estrutura responsável pelo controle, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A administração da Companhia, monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos seus objetivos.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 Descrição dos controles internos

#### (a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações financeiras e demais informações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia utiliza o sistema ERP Capta para registrar suas operações contábeis e financeiras. O sistema ERP Capta é integrado aos PDV's (Frente de Caixa) das lojas, à área de Contabilidade, e aos módulos de Estoque, Fiscal e Financeiro, além da Produção. O controle de estoque é feito por códigos de barra individuais para todas as joias e relógios possibilitando a rastreabilidade total do produto desde a fabricação interna ou compra de fornecedores até a venda para o cliente final. Mesmo após a venda é possível acompanhar o produto caso o mesmo eventualmente volte para a companhia em casos de devolução ou conserto, por exemplo. Na parte produtiva é possível acompanhar sistemicamente a falha de metal (ouro e/ou prata) por cada fase de produção auxiliando na gestão de perdas ou desvios.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, as quais a Companhia considera suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

Neste sentido, mensalmente, a Companhia realiza as seguintes atividades:

- Acompanhamento dos fechamentos dos PDV's (Frente de Caixa) e das integrações dos fechamentos dos módulos Fiscal e Financeiro;
- Verificação de consistência dos módulos por meio de conciliações;
- Análise e registro de possíveis contingências;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras; e
- Verificação comparativa entre *orçado versus realizado* por todas as áreas de negócio.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Além disso, a Companhia realiza inventário de estoque de produto acabado e matéria prima duas vezes por ano em seus centros de distribuição e fábrica. Para os pontos de venda, são realizados inventários diários dos produtos Joias, Relógios e Acessórios e semanais dos produtos Life, além disso, é realizado anualmente um inventário por equipe especializada para garantir a acurácia do estoque. A área de Auditoria Interna ainda seleciona áreas específicas para realização de auditorias de processos com avaliação no impacto contábil, e as áreas de Compliance e Gestão de Riscos e Controles Internos, acompanham os indicadores operacionais e estratégicos para monitorar os controles implantados nas áreas de negócio para mitigação ou diminuição da exposição ao risco.

Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão de seus controles internos.

### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

Mensalmente, as áreas de Departamento Pessoal, Fiscal e Financeiro disponibilizam os documentos necessários para fins de conciliação contábil. Além disso, a área Jurídica apoia no registro e publicação das contingências.

Em periodicidade anual e semestral, respectivamente, a área de Prevenção de Perdas realiza inventários nos pontos de venda, centros de distribuição e fábrica.

Anualmente são executadas auditorias nos processos aprovados no Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e testes de conformidade executados pela área de Controles Internos nos processos mapeados com mais críticos para a Companhia. Além disso, as áreas Financeira e Jurídica prestam auxílio em relação às circularizações das instituições financeiras/ adquirentes e dos advogados, respectivamente. A área Comercial auxilia com informações sobre destaques para fins de avaliação de provisões.

A área de Contabilidade é responsável pelo fechamento das demonstrações mensais, atendimento aos auditores externos e redação das notas explicativas.

Tais áreas atuam em conjunto, de maneira integrada, não havendo subordinação entre elas.

### **(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Companhia conta com uma área de Planejamento Financeiro e Análise Corporativa (*Financial Planning & Analysis*), que é responsável por revisar e verificar mensalmente a consistência dos registros efetuados na contabilidade bem como calcular indicadores financeiros, analisar todas as peças contábeis (DRE, balanço patrimonial e fluxo de caixa), reportar eventuais inconsistências e comunicar as informações para suportar a alta administração da companhia nas tomadas de decisão. A área fica sob gestão da Diretoria Financeira. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

O auditor independente não identificou falhas significativas nos controles internos da companhia.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

**(d) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não se aplica.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

**(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Código de Conduta: O Código de Conduta é a expressão do que a Companhia valoriza e acredita. O documento reflete a ideologia organizacional da Companhia, e busca estabelecer as condutas que orientam o negócio e os relacionamentos da Companhia, por meio de sua governança corporativa e de seus colaboradores, de forma ética, transparente, profissional e de respeito mútuo. O Código de Conduta procura gerenciar riscos gerais e também específicos, na medida em que traz regras relativas a situações de conflito de interesses, oferta e recebimento de brindes e presentes, assédio, confidencialidade das informações, corrupção, lavagem de dinheiro, entre outros. O documento está disponível na intranet da Companhia e em seu *website* de relações com investidores. São realizadas revisões periodicamente para incorporar esclarecimentos que se façam necessários e/ou boas práticas demandadas pelo mercado.

Código de Conduta de fornecedores: Em complemento ao Código de Conduta mencionado acima, esse código especifica as condutas esperadas na cadeia de fornecedores da Vivara afim de reforçar o compromisso da Companhia em garantir que toda a matéria-prima, produtos e serviços sejam entregues de forma sustentável, ética e justa. O documento está disponível no site [ri.vivara.com.br](http://ri.vivara.com.br) e [vivara.com.br](http://vivara.com.br) na parte de Sustentabilidade.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: Em 2021, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração com o objetivo de atualizar e aumentar o nível de diligência da Companhia na conscientização, prevenção, e identificação dos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo previstos na legislação aplicável. Diariamente, é realizada a verificação dos valores recebidos em espécie. Caso sejam identificados recebimentos em espécie superiores a R\$30 mil, ou que totalizem este valor nos 6 (seis) meses anteriores, a Companhia realiza o informe da operação ao COAF. A Companhia conta também com um Gestor de Prevenção, papel desempenhado pela Diretoria Fiscal, o qual é responsável pelo envio das notificações compulsórias e resultantes de suspeição ao COAF, por tirar dúvidas de qualquer colaborador na realização de uma operação de venda, além de outras atribuições estabelecidas na referida Política.

Adicionalmente, são comunicadas ao COAF quaisquer operações que, considerando as partes e demais envolvidos, os valores, o modo de realização, o meio e a forma de pagamento, ou a ausência de fundamento econômico ou legal, possam apresentar indícios relevantes de ocorrência dos crimes previstos na Lei n.º 9.613/1998 ou relacionados.

Além disso, em 2021 foi implantado ferramenta de consulta automatizada às listas atualizadas de Pessoas

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Politicamente Expostas e de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas para todas as lojas e lideranças da área de vendas da Companhia. Como diligência adicional, o Gestor de Prevenção confronta trimestralmente a base de clientes da Companhia com a lista de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a lista de Pessoas Politicamente Expostas disponível na ferramenta contratada pela companhia, para identificar e monitorar eventuais operações realizadas entre a Companhia e indivíduos que possam estar mencionados nas referidas listas.

A Companhia também conta com procedimentos específicos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, tais como:

- Investigação a fraudes: A área de Compliance realiza investigação de denúncias diretas ou oriundas do Canal Aberto utilizando metodologia interna e, dependendo da complexidade da alegação, pode contratar serviços específicos para avaliar a veracidade dos fatos relatados e levantar documentos comprobatórios. O resultado da investigação é apresentado à Comissão de Conduta para a tomada de decisão aplicável e em última instância ao Comitê de Pessoas, Cultura e Governança.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A área de Compliance é responsável por desenvolver o programa de integridade e as ferramentas de *compliance* da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados.

A área de Compliance é responsável por:

- (a) Assegurar a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos da Companhia;
- (b) Desenvolver e gerir políticas e normas internas, a fim de padronizar procedimentos e orientações existentes nas diferentes áreas, além de atender as legislações vigentes;
- (c) Monitorar os controles associados aos principais riscos de conformidade existentes na Companhia;
- (d) Manter sistemas e rotinas de controles internos alinhados com as melhores práticas do mercado, bem como revisões periódicas e atualizações, para que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente corrigidas;
- (e) Elaborar, periodicamente, relatórios e indicadores para a Diretoria e comitês relacionados; e
- (f) Desenvolver o programa de integridade e as ferramentas de compliance da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados;

A Companhia também conta com uma Comissão de Conduta, de caráter permanente, responsável por

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

analisar as ocorrências excepcionais de possíveis situações antiéticas relatadas por colaboradores, terceiros fornecedores e prestadores de serviços, ou pelo público em geral, e com o Comitê de Pessoas, Cultura e Governança que também acompanha as ocorrências recebidas por meio do canal de denúncias da Vivara denominado Canal Aberto. O Comissão de Conduta mantém o sigilo de todos os relatos recebidos pelo Canal Aberto e fiscaliza a aplicação do Código de Conduta da Companhia.

A depender da relevância da situação relatada no Canal Aberto o Comitê de Pessoas, Cultura e Governança poderá ser acionado para deliberação.

O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança foi criado em 15 de agosto de 2019 e é constituído por 3 membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia.

São atribuições do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança da Companhia:

- Avaliar e recomendar políticas e/ou práticas de (i) remuneração; (ii) recrutamento, nomeação e sucessão, incluindo os critérios para contratação e demissão de executivos de acordo com a "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria da Vivara Participações S.A."; e (iii) avaliação de performance e de engajamento dos colaboradores;
- Auxiliar o desenvolvimento e integração de novos administradores e colaboradores na Companhia;
- Prezar pelo desenvolvimento organizacional da Companhia e de seus colaboradores;
- Examinar as novas políticas e acompanhar as políticas em vigor relacionadas aos temas de pessoas, cultura e governança da Companhia;
- Monitorar temas relacionados à cultura, clima e engajamento de pessoas;
- Apoiar na elaboração e revisão do processo de avaliação dos executivos, observadas as disposições do "Regimento Interno do Conselho de Administração da Vivara Participações S.A.";
- Examinar a estrutura organizacional da Companhia e recomendar ajustes, exigidos pelas diretrizes estratégicas de negócios e gestão;
- Propor ações quanto à disseminação e cumprimento do Código de Conduta, buscando sua eficácia e efetividade;
- Acompanhar as situações recebidas no Canal Aberto;
- Monitorar a execução das ações estabelecidas;
- Resolver, em última instância, situações controversas, como eventuais infrações e violações ao Código de Conduta, políticas internas ou a legislação vigente, colaborando para decisões imparciais e transparentes;
- Determinar, quando assim requerido, a adoção de medidas necessárias, mediante a emissão de opinião formal às áreas envolvidas; e



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Garantir que sejam aplicadas medidas disciplinares após a apuração de alegações de infrações e violações ao Código de Conduta, políticas internas ou a legislação vigente, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança se reúne em caráter ordinário, no mínimo a cada três meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê.

As convocações serão realizadas por escrito, via e-mail, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência da data da respectiva reunião, especificando hora e local e, preferencialmente, incluindo a ordem do dia. Na hipótese de assuntos que exijam apreciação urgente, a reunião do Comitê poderá ser convocada em prazo inferior ao descrito acima.

O Comitê poderá convocar especialistas e contratar consultores externos para a análise e discussão de temas sob sua responsabilidade, zelando pela integridade e confidencialidade dos trabalhos, sendo observado seu orçamento anual.

As deliberações do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança são reportadas em atas de reuniões, registrando-se os ausentes, bem como a participação extraordinária de terceiros que não façam parte da reunião. As reuniões do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança sempre têm caráter sigiloso, sendo que todo novo participante deve assinar termo de confidencialidade específico.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê serão consignados nas atas de suas reuniões, e delas deverão constar os pontos relevantes das discussões, a relação dos presentes, menção às ausências justificadas, as providências solicitadas e eventuais pontos de divergências entre os membros.

As principais regras de funcionamento do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança estão definidas em seu regimento interno.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os administradores, colaboradores e demais públicos que se relacionam com a Companhia, independentemente da sua posição hierárquica ou área de atuação.

A Companhia cultiva relações éticas, verdadeiras e transparentes com governos, sociedade, clientes, acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, fornecedores, sindicatos, associações de classe e todos os outros públicos de interesse que se relacionam com a Companhia e contribuem para realização da sua missão, a concretização da sua visão e a construção da sua marca e imagem institucional no dia a dia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### **demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia conta com um programa de treinamento com foco em compliance de caráter obrigatório a todos os colaboradores convocados, para a qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta da Vivara.

Tais treinamentos, de periodicidade mínima anual, são conduzidos pela área de Compliance.

Além disso, todos os colaboradores da Companhia, incluindo seus diretores e conselheiros, devem assinar um termo de compromisso com as diretrizes do Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Conduta, políticas internas ou a legislação vigente são: (i) advertência oral ou por escrito, (ii) suspensão, (iii) desligamento e (iv) demissão por justa causa. As sanções acima citadas estão previstas no Código de Conduta da Companhia.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O atual Código de Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 24 de agosto de 2020.

O documento está disponível na intranet da Companhia e em seu *website* de relações com investidores, através do seguinte link: <http://ri.vivara.com.br>.

**(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia conta com um canal de denúncias (Canal Aberto), administrado por uma empresa externa independente e especializada com atuação internacional.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Todos os colaboradores da Companhia, bem como terceiros fornecedores e prestadores de serviços, e o público em geral, têm à disposição o Canal Aberto, para envio de relatos de situações consideradas antiéticas, que violem o Código de Conduta da Companhia, suas políticas e procedimentos internos e/ou a legislação vigente.

Os relatos podem ser enviados a qualquer momento pelo link [canalaberto-vivara.com.br](http://canalaberto-vivara.com.br) ou pelo telefone 0800 377 8024.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Os relatos são recebidos pela empresa externa e podem ser realizados de forma anônima, garantindo,

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses. Todas as informações são tratadas sem rastreamento, protegendo completamente a identidade do colaborador ou do terceiro.

Como previsto em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera retaliação contra qualquer pessoa que de boa-fé comunicar preocupações ou dúvidas sobre uma possível má conduta.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A área de Compliance da Companhia realiza a investigação de denúncias diretas ou oriundas do Canal Aberto utilizando metodologia interna e, dependendo da complexidade da alegação, contrata serviços específicos para avaliar a veracidade dos fatos relatados e o levantamento de documentos comprobatórios. O resultado da investigação é apresentado à Comissão de Conduta para a tomada das decisões aplicáveis e em última instância ao Comitê de Pessoas, Cultura e Governança,

A Comissão de Conduta, além do descrito acima, também é responsável por analisar as ocorrências excepcionais de situações antiéticas relatadas por colaboradores e terceiros fornecedores e prestadores de serviços, inclusive que não estejam descritas no Código de Conduta.

**(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Os procedimentos adotados em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias utiliza ferramentas de *due diligence* das pessoas jurídicas envolvidas, além da análise de *compliance* e anticorrupção.

**(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não se aplica.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - Alterações significativas**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam neste item 10 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo Vivara, que são de responsabilidade da Administração do Grupo Vivara, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Salientamos ainda que, para fins de melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos a Vivara Participações S.A., e o termo "Grupo Vivara" é usado para tratar as informações combinadas das empresas subsidiárias operacionais, Tellerina e Conipa.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas neste item 10 significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

#### (a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento bruto total da Companhia foi de 0,8x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2021, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários era de R\$ 653,7 milhões, R\$ 48,2 menor do que em 31 de dezembro de 2020, em razão dos investimentos realizados para aceleração do plano de expansão orgânica da Vivara e Life. Desta forma, a Companhia encerrou o exercício social de 2021 com caixa líquido de R\$ 362,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento bruto total da Companhia foi de 0,8x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), em dezembro de 2019, o índice também foi de 0,8x.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários era de R\$ 701,9 milhões, R\$ 260,1 maior do que em 31 de dezembro de 2019, reflexo da geração de caixa operacional. Desta forma, a Companhia encerrou o exercício social de 2020 com caixa líquido de R\$ 311,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento bruto total da Companhia foi de 0,8x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), em dezembro de 2018, foi de 1,0x. A melhora do índice de endividamento bruto em dezembro de 2019, em relação ao

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

encerramento do exercício de 2018, deveu-se principalmente a (i) aumento de R\$ 611,3 milhões no patrimônio líquido, reflexo, principalmente, no ajuste da estrutura de capital, conforme explicado no item 10.1(h) deste documento; que foi mais que suficiente para neutralizar o feito do aumento do passivo, em razão da (ii) adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, que aumentou em R\$ 249,4 milhões no saldo de arrendamentos direito de uso a pagar, a partir de 1º de janeiro de 2019, detalhado no comentário de desempenho do item 10.1.h; (ii) aumento de R\$54,9 milhões em empréstimos e financiamentos, em razão da realização de novas captações feitas no início de 2019, para fortalecimento do caixa e ajuste na estrutura de capital da companhia, conforme detalhada no item 10.1(f).

Em 31 de dezembro de 2019, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários era de R\$ 435,8 milhões, em virtude da entrada dos recursos da Oferta Inicial de Ações (IPO), concluída em outubro de 2019. Desta forma, a Companhia encerrou o exercício social de 2019 com caixa líquido de R\$165,5 milhões.

### (b) Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$1.392,7 milhões, a dívida bruta R\$291,2 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$653,7 milhões, resultando em um Caixa líquido de R\$362,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$1.171,5 milhões, a dívida bruta R\$390,3 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$701,9 milhões, resultando em um Caixa líquido de R\$311,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$1.062,3 milhões, a dívida bruta R\$270,3 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$435,8 milhões, resultando em um Caixa líquido de R\$165,5 milhões.

Os constantes resultados positivos da Companhia fizeram com que o nosso patrimônio líquido da Companhia fosse incrementado período após período conforme demonstrado no item 10.1(a) deste Formulário de Referência.

Além disso, em outubro de 2019, a Companhia concluiu o IPO, o que aumentou em R\$400,4 milhões a estrutura de capital da Companhia, considerando o capital líquido dos custos de emissão, reduzindo o nível de endividamento perante o seu patrimônio líquido. Ao longo de 2020, com o resultado das incertezas trazidas pela pandemia, a companhia revisou os investimentos previstos para o ano e priorizou a preservação de caixa para se preparar para a instabilidade trazida pelo período de fechamento das operações. Desta forma, encerrou o ano de 2020 com balanço forte dispondo de recursos materiais para fazer frente aos projetos de longo prazo.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido nos períodos e exercícios indicados:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.171.137	969.221	817.178	438.630
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.392.731	1.171.476	1.062.285	451.017
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>2.563.869</b>	<b>2.140.697</b>	<b>1.879.463</b>	<b>889.647</b>
Parcela de capital de terceiros	45,7%	45,3%	43,5%	49,3%
Parcela de capital próprio	54,3%	54,7%	56,5%	50,7%

**(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e de liquidez corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2021 eram de 2,2x e 2,3x, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía aproximadamente R\$291,2 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. Nesta data, a Companhia não possui nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Além das fontes de recursos listadas acima, em 2019, a Companhia captou R\$400,4 milhões no mercado financeiro, através da emissão de novas ações na Oferta Pública de Ações, concluída em outubro de 2019. Os recursos captados serão fundamentais para implantação do plano estratégico da Companhia para os próximos anos, relacionados a: (i) abertura de novas lojas, (ii) expansão da capacidade produtiva e internalização de produtos na fábrica e (iii) investimentos em controles internos e tecnologia.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste documento, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Adicionalmente, informamos que no item 10.1(f) deste documento estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

**(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na data deste documento, a Companhia não era parte de contratos de empréstimo de financiamento.

No entanto, suas subsidiárias operacionais, quais sejam Conipa e Tellerina, são partes de 8 (nove) contratos financeiros, celebrados com o Itaú Unibanco S.A., o Banco Safra S.A., o Banco Santander, e Banco Bradesco S.A. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor total em aberto era de R\$291,2 milhões.

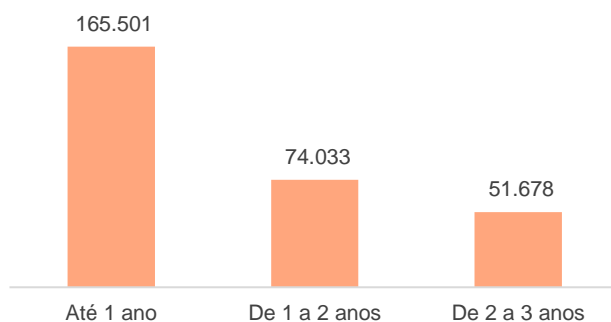
### (g) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Tellerina e Conipa, em vigor em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Em moeda local</b>					
Capital de Giro - Banco do Brasil	CDI + 0,95% a.a.	fev/21	-	100.308	-
Capital de Giro - Banco do Brasil	CDI +2% a.a.	fev/21	-	-	44.156
Capital de Giro - Banco do Brasil	CDI +1,9% a.a.	abr/20	-	-	40.204
Capital de Giro - Banco Safra	CDI + 2,203547% a.a.	jan/23	12.544	22.524	30.051
Capital de Giro - Banco Safra	120% da taxa média diária do CDI	abr/20	-	-	39.075
Capital de Giro - Banco Santander	100 % CDI + 2,46% BASE 360	set/22	41.058	40.473	-
Capital de Giro - Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,3304% a.a.	dez/21	-	50.039	-
Capital de Giro - Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,47% a.a.	dez/22	50.202	-	-
Capital de Giro - Banco Safra	CDI + 1,60% a.a.	dez/22	21.115	-	-
Capital de Giro - Banco Itaú	CDI + 1,55% a.a.	abr/22	46.751	-	-
Capital de Giro - Banco Itaú	CDI + 1,55% a.a.	abr/22	6.375	-	-
Capital de Giro - Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 2,55% a.a.	out/23	61.489	60.663	-
CDC - Banco de Lage Landen Brasil S.A.	-	jan/21	-	2.214	-
Capital de Giro - BNDES	URTJLP/UMIPCA-M184/Prefixado - 0,49% a.m. a 0,81% a.m.	ago/20	-	0	2.203
<b>Total de empréstimos em R\$</b>			<b>239.534</b>	<b>276.221</b>	<b>155.689</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Resolução 4131 - Banco Itaú	USD + 1% a.a.	mar/21	-	52.778	-
Resolução 4131 - Banco Itaú	Pre-fixado 2,754% a.a.	fev/21	-	61.322	-
Resolução 4131 - Banco Santander	LIBOR + 0,75% a.m.	set/20	-	-	24.419
Resolução 4131 - Banco Itaú	Pre-fixado 4,675% a.a.	jun/21	-	-	42.921
Resolução 4131 - Banco Itaú	Pre-fixado 0,54% a.a.	mar/20	-	-	47.325
Resolução 4131 - Banco Santander	Pre-fixado 2,3475% a.a.	fev/24	51.678	-	-
<b>Total de empréstimos em moeda estrangeira</b>			<b>51.678</b>	<b>114.100</b>	<b>114.665</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>			<b>291.212</b>	<b>390.321</b>	<b>270.354</b>

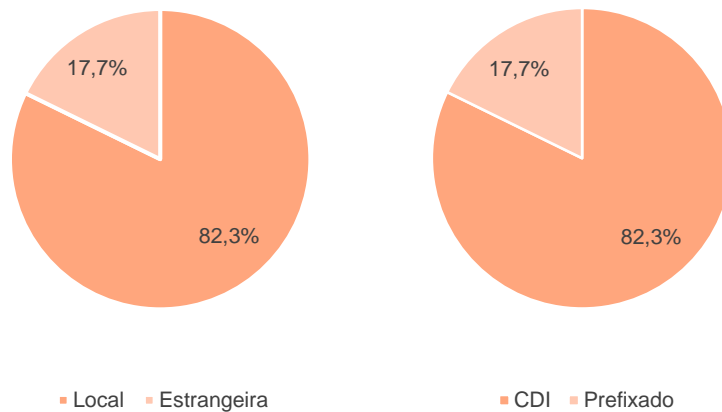
Abaixo o calendário de amortização da dívida, excluindo os efeitos dos derivativos, bem como a abertura do perfil da dívida:

#### Calendário de Amortização da Dívida (excluindo os contratos de swap):



#### Perfil da Dívida

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais



### Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia, a Tellerina e a Conipa mantém relações estreitas e dinâmicas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas pela Tellerina e Conipa têm suprido adequadamente as necessidades financeiras na administração e na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis novas frentes nas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com a estratégia da Companhia.

### Grau de subordinação de dívida

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

### Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Importante destacar que para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes, em 31 de dezembro de 2021 com instituições financeiras não existem cláusulas restritivas ("covenant").

Dentre os contratos de financiamento relevantes da Tellerina e Conipa firmados com terceiros, nos últimos três exercícios, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), quais sejam:

1. Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro, celebrada em junho de 2017 entre a Tellerina e o Banco Bradesco S.A. – *covenant* financeiro a ser observado:

Covenants Financeiros	Limites
Dívida financeira líquida <sup>(1)</sup> / EBITDA <sup>(2)</sup>	2,0
Despesa financeira líquida / EBITDA <sup>(3)</sup>	1,25

(1) Dívida financeira líquida para fins de covenants: significa as dívidas financeiras, inclusive debêntures, cartões e

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

dívidas tributárias, menos as disponibilidades.

- (2) EBITDA para fins de covenants: significa o lucro operacional, antes das receitas e despesas financeiras, depreciações/amortizações, e receitas/despesas não recorrentes.
- (3) Despesa Financeira Líquida para fins dos covenants significa as despesas, em qualquer período, dos últimos 12 (doze) meses, relacionadas ao total de juros incidentes no montante da dívida a pagar de tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e do aceite de financiamentos, na medida em que tais financiamentos constituam Dívida.

Abaixo seguem as medições do atendimento aos covenants financeiros dos últimos períodos:

<b>Cédula de Crédito Bancário – Bradesco (08/06/2017)</b>			
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016<sup>(1)</sup></b>
Dívida Financeira Líquida	130.074	168.766	358.099
Despesa Financeira Líquida	36.074	32.220	59.987
EBITDA	273.513	220.362	213.167
Dívida Líquida/ EBITDA	0,5	0,8	1,7
Despesa Financeira Líquida/EBITDA	0,13	0,15	0,28

- (1) As dívidas com *covenants* financeiros foram emitidas em 2017, não sendo aplicável medição de indicadores em 2016.

A dívida mencionada acima foi amortizada integralmente em 2019, não sendo aplicável mensuração de *covenant* para 2019.

2. Cédula de Crédito Bancário Internacional nº AGE985580/1, celebrada entre a Tellerina e o Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch – com o seguinte *covenant* financeiro a ser observado:

<b>Covenant Financeiro</b>	<b>Limite</b>
Dívida Líquida <sup>(1)</sup> / EBITDA <sup>(2)</sup>	2,0

- (1) Dívida Líquida para fins de covenants: significa o total do endividamento oneroso, incluindo financiamentos, duplicatas com direito de regresso, mútuos, impostos parcelados e debêntures, deduzido das disponibilidades (caixa, aplicações financeiras e cartões de crédito a receber).
- (2) EBITDA para fins de covenants: significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. Deve ser incluído o EBITDA pro-forma das empresas adquiridas pela devedora e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração. Adicionalmente deve-se excluir do resultado financeiro, o resultado com ajuste a valor presente e o resultado de descontos obtidos/concedidos.

Abaixo seguem as medições do atendimento aos *covenants* financeiros dos últimos períodos:

<b>Cédula de Crédito Bancário Internacional - Itaú (30/05/2017)</b>			
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Dívida Líquida	(165.490)	130.664	168.766
EBITDA	272.134	273.513	220.362
Div. Líquida/Ebitda	(0,6)	0,5	0,8

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A dívida mencionada acima foi amortizada integralmente em 2019, não sendo aplicável mensuração de *covenant* para 2019.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia atualmente possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do capital social sem a prévia anuência do banco; alteração de titularidade do capital social envolvendo qualquer acionista, direto ou indireto, inclusive transferências entre si, com variação superior a 51% do total do capital social; alteração do capital social de qualquer de nossas controladas que resulte em perda de seu controle societário, direto ou indireto; restrição para cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, (i) de bens escriturados no respectivo ativo imobilizado cujo valor corresponda a mais do que 30% do valor desta rubrica contábil ou (ii) de ativos e/ou participações societárias em subsidiária e/ou controladas que gerem, de forma individual ou agregada, mais do que 20% da receita líquida; alteração de seu objeto social, da composição de seu capital social, ocorrência de qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, de seu controle societário/acionário, ou ainda sua incorporação, fusão ou cisão, que seja diretamente relacionado ao contrato; restrição quanto à venda, transmissão, transferência ou de qualquer forma alienarem ou onerarem 30% ou mais dos bens de seu ativo permanente sem a prévia e expressa anuência do banco; restrição quanto à mudança adversa relevante consistente, relacionado à redução da situação patrimonial superior a 20%. Teto máximo de inadimplemento de obrigações inclusive protestos e apontamentos no Serasa; cumprimento pela Companhia da legislação socioambiental.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas acima descritas estabelecidas e entende que, e na data deste Formulário de Referência, atendeu todas as cláusulas restritivas e *covenants* financeiros nas medições anuais, mencionados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não havia nenhuma *convenant* a ser medido.

Para fins de *covenants* financeiros, a Companhia realiza as medições anualmente, não sendo aplicável a mensuração para períodos intermediários, conforme estabelecido nos contratos.

Destaca-se ainda que as medições não contábeis utilizadas acima para fins de *covenants* financeiros são definidos isoladamente por cada escritura e não devem ser confundidos com outras mensurações feitas nos documentos públicos da Companhia.

### **Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

Na data deste documento, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

#### **(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

##### **Descrição das principais linhas do nosso resultado:**

###### *Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços*

Nossa receita líquida é composta por: (i) venda de mercadorias e (ii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas e trocas de produtos vendidos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As receitas com venda de mercadoria são geradas por todos os nossos pontos de venda, nosso e-commerce, tele vendas e vendas realizadas em parcerias corporativas estratégicas. Além disso, prestamos serviço de manutenção e assistência técnica dos nossos produtos.

Os impostos sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado são ICMS, PIS e COFINS, ISS e F.T.I. (Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas).

A Companhia possui incentivos fiscais de IRPJ, ICMS, PIS, COFINS, Imposto de Importação e IPI relacionados, sobretudo, à nossa atividade de produção na Zona Franca de Manaus. Para maiores informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, sugerimos a consulta ao item 7.3 do Formulário de Referência, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

### *Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados*

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição de matérias primas (ouro, prata, pedras preciosas, entre outras) e dos produtos que vendemos. Adicionalmente, nos estados em que atuamos vigora, para duas categorias específicas de produtos do nosso mix de vendas, canetas e perfumes, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*markup*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado, o recolhimento desta substituição tributária do ICMS é reconhecido em nossos estoques e impacta o custo das nossas mercadorias vendidas, quando as vendas são realizadas. Adicionalmente, temos insumos, que entram na linha de custo das mercadorias vendidas, que são denominados em dólar e, portanto, esta linha é afetada por variações cambiais. Para informações sobre o efeito de variações cambiais sobre os nossos resultados, ver item 4.1 e item 10.2 deste formulário de referência.

### *Despesas com vendas*

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações das nossas lojas e algumas despesas da operação de nossa fábrica. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, propaganda e marketing, fretes do e-commerce, aluguéis e condomínios, comissão sobre cartões de crédito, segurança e energia.

### *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritório de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como despesas com pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios dos colaboradores de áreas administrativas, além de consultorias, assessorias especializadas, depreciação e amortização.

### *Outras receitas (despesas) operacionais líquidas*

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente do movimento em contas específicas de provisões cíveis, trabalhistas, entre outros movimentos.

### *Resultado financeiro líquido*

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais contas contábeis são as despesas de juros e encargos incidentes sobre o endividamento, juros sobre antecipações de cartão de crédito, rendimentos de aplicações financeiras e correção monetária.

*Imposto de renda e contribuição social*

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e indústria de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para maiores informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, sugerimos a consulta ao item 7.3 no Formulário de Referência, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

.

A Companhia possui incentivos fiscais de IRPJ relacionados, sobretudo, a sua atividade de produção na Zona Franca de Manaus. Informações mais detalhadas na seção 7.3 Formulário de Referência, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b> (em R\$ milhares)	<b>Consolidado</b>				
	<b>2021</b>	<b>AV</b>	<b>2020</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>1.466.387</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.047.547</b>	<b>100,0%</b>	<b>40,0%</b>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(474.909)	(32,4%)	(330.064)	(31,5%)	43,9%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>991.478</b>	<b>67,6%</b>	<b>717.483</b>	<b>68,5%</b>	<b>38,2%</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(696.791)</b>	<b>(47,5%)</b>	<b>(512.405)</b>	<b>(48,9%)</b>	<b>36,0%</b>
Com vendas	(502.415)	(34,3%)	(365.296)	(34,9%)	37,5%
Gerais e administrativas	(185.038)	(12,6%)	(153.676)	(14,7%)	20,4%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.338)	(0,6%)	6.567	0,6%	(242,2%)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>294.686</b>	<b>20,1%</b>	<b>205.079</b>	<b>19,6%</b>	<b>43,7%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(31.509)</b>	<b>(2,1%)</b>	<b>(41.542)</b>	<b>(4,0%)</b>	<b>(24,2%)</b>
Receitas financeiras	37.602	2,6%	23.632	2,3%	59,1%
Despesas financeiras	(69.112)	(4,7%)	(65.174)	(6,2%)	6,0%
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>263.177</b>	<b>17,9%</b>	<b>163.537</b>	<b>15,6%</b>	<b>60,9%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>35.313</b>	<b>2,4%</b>	<b>(16.865)</b>	<b>(1,6%)</b>	<b>(309,4%)</b>
Correntes	(9.174)	(0,6%)	(17.626)	(1,7%)	(48,0%)
Diferidos	44.487	3,0%	761	0,1%	5746,8%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>298.490</b>	<b>20,4%</b>	<b>146.672</b>	<b>14,0%</b>	<b>103,5%</b>

***Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados***

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.466,4 milhões comparativamente a R\$1.047,6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$418,8 milhões ou um crescimento de 40,0%. Mesmo com o primeiro semestre do ano, materialmente, impactado pelo fechamento dos principais shoppings do país, com a intensificação das medidas restritivas para enfrentamento à pandemia da COVID-19, a receita da Companhia foi impulsionada pela abertura dos 46 novos pontos de vendas, sendo 21 lojas Vivara, 20 lojas Life e 5 quiosques, bem como pela operação das lojas maduras. O SSS do período foi de 16,1% vs 2019 e 32,1% vs 2020. Mesmo com a retomada integral da operação de lojas físicas, as vendas digitais mantiveram a penetração acima dos níveis pré-pandemia, contribuindo, assim, com uma venda incremental significativa. Em 2021, as vendas digitais foram responsáveis por 17,4% da receita total, comparado à penetração de 7,5% registrada em 2019. O projeto Joias em Ação, iniciado em abril de 2020, contribuiu positivamente para o desempenho do canal online. No ano, o projeto foi responsável por 31,2% das vendas digitais, registrando um total de R\$ 101,5 milhões em vendas.

***Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados***

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

foi de R\$ 474,9 milhões comparativamente a R\$ 330,1 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de -R\$ 144,8 milhões ou 43,9%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representou 32,4% e 31,5% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

O Lucro Bruto de 2021 totalizou R\$ 991,5 milhões, crescimento de 24,3% comparado ao mesmo período de 2019 e de 38,2%, com relação a 2020, atingindo Margem Bruta de 67,6%, alinhada aos patamares saudáveis.

A rentabilidade bruta foi impactada pelo aumento do quadro de funcionários e maior volume de despesas gerais da fábrica, em razão do maior volume de internalização de produção e aumento da capacidade da unidade fabril. A internalização dos produtos Life atingiu 80%.

### ***Receitas (despesas) operacionais***

#### **Despesas com vendas**

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 502,4 milhões comparativamente a R\$ 365,3 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 137,1 milhões ou +37,5%. As despesas com vendas representaram (34,3%) e (34,9%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A variação apresentada é explicada, principalmente pelo crescimento das despesas com Comissão sobre Cartões e Impostos e Taxas, impulsionado pela adição de mais pontos de vendas ao parque; maior volume de investimentos em marketing digital e campanhas; e aumento das Despesas com Pessoal, reflexo da aceleração de vendas e do plano de expansão.

#### **Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 185,1 milhões comparativamente a R\$ 153,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 31,3 milhões ou +20,4%. As despesas gerais e administrativas representaram (12,6%) e (14,7%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Essa variação foi resultado principalmente, pelo aumento das despesas com pessoal, relacionado ao aumento de quadro administrativo, para reforço de áreas estratégicas e aumento de despesas com prestadores de serviços nas frentes de e-commerce e tecnologia.

#### **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de -R\$ 9,3 milhões comparativamente a R\$ 6,6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de -R\$15,9 milhões. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representaram -0,6% e 0,6% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente pelo impacto em R\$ 7,1 milhões, pelo estorno de provisões de créditos tributários de PIS/COFINS.

#### ***Lucro antes do resultado financeiro***

O lucro antes do resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 294,7 milhões, comparativamente a R\$ 205,1 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 89,7 milhões ou 43,7%. Lucro antes do resultado financeiro representou 20,1% e 19,6% da receita líquida



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído aos efeitos acima mencionados.

### ***Resultado financeiro líquido***

Resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi negativo em -R\$ 31,5 milhões, comparativamente a -R\$ 41,5 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 10,0 milhões. O Resultado Financeiro líquido representou (2,1%) e (4,0%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

As despesas financeiras totalizaram - R\$ 69,1 milhões, em dezembro de 2021 e - R\$ 66,2 milhões, no mesmo período do ano anterior, esse leve aumento observado em 2021, reflete o maior custo da dívida, pelo aumento da taxa básica de juros (CDI). As receitas financeiras registraram R\$ 37,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 23,6 milhões, em dezembro de 2020, esse aumento também é resultado principalmente do aumento da taxa básica de juros (CDI) das aplicações financeiras.

### ***Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social***

O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 263,2 milhões comparativamente a R\$ 163,5 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 99,6 milhões ou 60,9%. O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social representou 17,9% e 15,6% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 35,3 milhões, comparativamente a -R\$ 16,9 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 52,2 milhões ou 309,4%. O imposto de renda e contribuição social representou 2,4% e (1,6%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. A alíquota efetiva de 13,3% em 2021 foi beneficiada principalmente: (i) pelo crédito de imposto diferido, em virtude do maior volume de produção da fábrica de Manaus; (ii) pelo reconhecimento de R\$ 18,9 milhões dos créditos de IRPJ e CSLL sobre a inconstitucionalidade da tributação da correção Selic sobre débitos tributários; e (iii) pela declaração de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 65,0 milhões a ser ratificado na Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada em abril.

### ***Lucro líquido***

Lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 298,5 milhões comparativamente a R\$ 146,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 151,8 milhões ou 103,5%. Lucro líquido representou 20,4% e 14,0% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O resultado robusto, dobrando de tamanho, em relação ao mesmo período do ano anterior, é consequência do bom ritmo de vendas, a correta composição de estoque e o rígido controle de despesas operacionais.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b> (em R\$ milhares)	<b>Combinado*</b>				
	<b>2020</b>	<b>AV</b>	<b>2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>1.047.547</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.171.360</b>	<b>100,0%</b>	<b>(10,6%)</b>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(330.064)	(31,5%)	(373.615)	(31,9%)	(11,7%)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>717.483</b>	<b>68,5%</b>	<b>797.745</b>	<b>68,1%</b>	<b>(10,1%)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(512.405)</b>	<b>(48,9%)</b>	<b>(436.119)</b>	<b>(37,2%)</b>	<b>17,5%</b>
Com vendas	(365.296)	(34,9%)	(360.069)	(30,7%)	1,5%
Gerais e administrativas	(153.676)	(14,7%)	(183.493)	(15,7%)	(16,2%)
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,0%	(247)	(0,0%)	(100,0%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.567	0,6%	107.690	9,2%	(93,9%)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>205.079</b>	<b>19,6%</b>	<b>361.626</b>	<b>30,9%</b>	<b>(43,3%)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(41.542)</b>	<b>(4,0%)</b>	<b>(2.461)</b>	<b>(0,2%)</b>	<b>1588,2%</b>
Receitas financeiras	23.632	2,3%	66.780	5,7%	(64,6%)
Despesas financeiras	(65.174)	(6,2%)	(69.241)	(5,9%)	(5,9%)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>163.537</b>	<b>15,6%</b>	<b>359.165</b>	<b>30,7%</b>	<b>(54,5%)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(16.865)</b>	<b>(1,6%)</b>	<b>(40.914)</b>	<b>(3,5%)</b>	<b>(58,8%)</b>
Correntes	(17.626)	(1,7%)	(43.385)	(3,7%)	(59,4%)
Diferidos	761	0,1%	2.471	0,2%	(69,2%)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>146.672</b>	<b>14,0%</b>	<b>318.251</b>	<b>27,2%</b>	<b>(53,9%)</b>

\* A Vivara Participações S.A. foi constituída no dia 23 de maio de 2019 e, por esta razão, para permitir a comparabilidade, as informações de 2019 referem-se à informação combinada dos negócios das subsidiárias Tellerina e Conipa e da holding, Vivara S.A.. Já as informações referentes a 2020 são consolidadas em linha com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

***Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados***

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.047,6 milhões comparativamente a R\$1.171,4 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$123,8 milhões ou um decréscimo de -10,6%. Este desempenho foi impactado pelo fechamento das lojas físicas, a partir do dia 21 de março de 2020, como efeito das medidas de isolamento social desencadeadas pelo agravamento da pandemia da COVID-19. O bom desempenho das vendas digitais neutralizou, mesmo que em parte, o impacto negativo do fechamento das lojas. As vendas digitais de 2020 atingiram R\$309,4 milhões, crescimento de 191,2%, representando 18,1% do faturamento total, impulsionado pelas iniciativas de omnicanalidade, principalmente, pelo projeto Joias em Ação, iniciativa de vendas diretas criada em abril, após o fechamento das lojas, que no ano representou 25,5% das vendas do canal digitais, ganhando relevância mês após mês.

Assim, as Vendas em Mesmas Lojas (Same Store Sales - SSS) no período foi de -12,2%, considerando a receita bruta, líquida de devoluções, de lojas com 12 meses de operação, além de incluir as receitas do e-commerce. A recuperação foi gradual, mês após mês, sendo que no último trimestre o SSS foi de 11,3%.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados***

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 330,1 milhões comparativamente a R\$ 373,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 43,6 milhões ou -11,7%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representou 31,5% e 31,9% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Essa queda deveu-se principalmente ao menor volume de vendas do período, como reflexo da pandemia.

O Lucro Bruto de 2020 totalizou R\$ 717,5 milhões, queda de -10,1% comparado ao mesmo período do ano anterior, com expansão de 0,4 p.p. na Margem Bruta, que atingiu 68,5%. A Margem Bruta registrada está alinhada aos patamares saudáveis de rentabilidade da Companhia, mesmo considerando um movimento mais intenso de Black Friday e o aumento sequencial do custo de insumos.

A adequada composição de estoques em todas as categorias, combinada com a correta política de precificação contribuíram para a rentabilidade atingida, demonstrando, mais uma vez, a capacidade da Companhia de gerir custos.

### ***Receitas (despesas) operacionais***

#### **Despesas com vendas**

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 365,3 milhões comparativamente a R\$ 360,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 5,2 milhão ou +1,5%. As despesas com vendas representaram (34,9%) e (30,7%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A alavancagem operacional apresentada é explicada, principalmente pela Depreciação e Amortização no total de R\$ 33,6 milhões, que, em 2020, passou a ser registrada como Despesas com Vendas e, em 2019, foi integralmente contabilizada como Despesas Gerais e Administrativas.

Analisando as despesas por natureza, a Companhia registrou redução em (i) despesas com pessoal, pela adesão à Lei 14.020/2020, que permitiu a suspensão dos contratos das colaboradoras de lojas, durante todo o período em que as lojas estiveram fechadas, e redução de jornada após reabertura, com efeitos gradativamente menores até dezembro/20; (ii) despesas com alugueis, pelos descontos obtidos em decorrência do fechamento das lojas e renegociação de contratos vigente; e (iii) nas Despesas com Serviços de Terceiros, refletindo as readequações orçamentárias adotadas ao longo do ano. Em contrapartida às reduções mencionadas acima, registramos aumento nas Despesas com Frete e Tributos, reflexo da maior relevância das vendas digitais, bem como nas Despesas de Marketing, resultado do maior investimento em marketing digital.

#### **Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 153,7 milhões comparativamente a R\$ 183,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 29,8 milhões ou -16,2%. As despesas gerais e administrativas representaram (14,7%) e (15,7%) da receita

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Essa redução foi resultado principalmente, (i) da menor Depreciação e Amortização, em decorrência da reclassificação de parte para Despesa com Vendas; (ii) da redução das Despesas com Pessoal, em razão dos benefícios da adesão à Lei 14.020/2020, que neutralizou, em parte o aumento de quadro administrativo ocorrido no último ano, para reforço de áreas estratégicas e da estrutura de governança corporativa, além do reconhecimento de R\$ 14,9 milhões de despesas não recorrentes com pessoal, referentes ao IPO, que aumentou essa rubrica em 2019.

### **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6,6 milhões comparativamente a R\$ 107,7 milhão no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$100,9 milhões. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representaram 0,6% e 9,2% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao efeito positivo não recorrente de R\$ 103,7 milhões da contabilização do ganho de ação judicial referente à bitributação do ICMS na base do PIS/COFINS, em 2019.

O reconhecimento dos créditos atualizados monetariamente de PIS e COFINS referente habilitação do crédito protocolada na Receita Federal em maio de 2019 conforme decisão favorável transitada em julgado de 13 de dezembro de 2018, conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 15 de janeiro de 2019, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições federais. O montante de créditos registrado no período totaliza R\$152,4 milhões, dos quais R\$103,7 correspondente ao valor do principal.

### ***Lucro antes do resultado financeiro***

O lucro antes do resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 205,1 milhões, comparativamente a R\$ 361,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 156,6 milhões ou -43,3%. Lucro antes do resultado financeiro representou 19,6% e 30,9% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído aos efeitos acima mencionados.

### ***Resultado financeiro líquido***

Resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em -R\$ 41,5 milhões, comparativamente a -R\$ 2,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 39,1 milhões. O Resultado Financeiro líquido representou (0,4%) e (0,2%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

As despesas financeiras totalizaram - R\$ 65,2 milhões, em dezembro de 2019 e - R\$ 69,2 milhões, no mesmo período do ano anterior, essa leve redução observada em 2020, reflete o menor custo da dívida, pela queda da taxa básica de juros (CDI). As receitas financeiras registraram R\$ 23,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, e R\$ 66,8 milhões, em dezembro de 2019, essa queda significativa, é atribuído, substancialmente, ao impacto não recorrente de R\$ 53,7 milhões na correção monetária dos créditos tributários da bitributação do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, conforme já mencionado no item de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Excluindo este efeito, as receitas financeiras teriam registrado aumento de R\$ 10,6 milhões, em 2020, em razão do carregamento do rendimento das aplicações financeiras, resultado do esforço de preservação de caixa feito ao longo do ano.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social***

O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 163,5 milhões comparativamente a R\$ 359,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 195,6 milhões ou -54,5%. Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social representou 15,6% e 30,7% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de -R\$ 16,9 milhões, comparativamente a -R\$ 40,9 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 24,1 milhões ou -58,8%. Imposto de renda e contribuição social representou (1,6%) e (3,5%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. A alíquota efetiva de 10,3% em 2020 foi beneficiada pela declaração de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 25,0 milhões, em dezembro de 2020, a ser ratificado na Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada em abril.

### ***Lucro líquido***

Lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 146,7 milhões comparativamente a R\$ 318,3 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 171,6 milhões ou -53,9%. Lucro líquido representou 14,0% e 27,2% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

O resultado do ano foi afetado pelo fechamento das operações, a partir de março, mas demonstra a gradual recuperação, principalmente a partir de agosto. O esforço contínuo na contenção de despesas, bem como as iniciativas de omnicanalidade foram fundamentais para a neutralização dos impactos.

Importante destacar que o Lucro Líquido reportado no exercício de 2019 foi beneficiado pelo efeito não recorrente, referente à ação de exclusão do ICMS da base de PIS/Cofins. Em bases comparáveis, excluindo o total de R\$ 101,3 milhões, referente às despesas do IPO, no 4T19, bem como o ganho total da ação mencionada acima, ambos líquidos de imposto, o resultado teria sido -32,4% menor em 2020.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b> (em R\$ milhares)	<b>Combinado</b>				
	<b>2019</b>	<b>AV</b>	<b>2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>1.171.360</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.059.586</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,5%</b>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(373.615)	(31,9%)	(313.538)	(29,6%)	19,2%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>797.745</b>	<b>68,1%</b>	<b>746.048</b>	<b>70,4%</b>	<b>6,9%</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(436.119)</b>	<b>(37,2%)</b>	<b>(488.539)</b>	<b>(46,1%)</b>	<b>(10,7%)</b>
Com vendas	(360.069)	(30,7%)	(369.790)	(34,9%)	(2,6%)
Gerais e administrativas	(183.493)	(15,7%)	(125.862)	(11,9%)	45,8%
Resultado de equivalência patrimonial	(247)	(0,0%)	(464)	(0,0%)	(46,7%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	107.690	9,2%	7.578	0,7%	1321,1%
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>361.626</b>	<b>30,9%</b>	<b>257.509</b>	<b>24,3%</b>	<b>40,4%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(2.461)</b>	<b>(0,2%)</b>	<b>(36.074)</b>	<b>(3,4%)</b>	<b>(93,2%)</b>
Receitas financeiras	66.780	5,7%	7.174	0,7%	830,9%
Despesas financeiras	(69.241)	(5,9%)	(43.248)	(4,1%)	60,1%
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>359.165</b>	<b>30,7%</b>	<b>221.435</b>	<b>20,9%</b>	<b>62,2%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(40.914)</b>	<b>(3,5%)</b>	<b>(23.000)</b>	<b>(2,2%)</b>	<b>77,9%</b>
Correntes	(43.385)	(3,7%)	(24.616)	(2,3%)	76,3%
Diferidos	2.471	0,2%	1.616	0,2%	52,9%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>318.251</b>	<b>27,2%</b>	<b>198.435</b>	<b>18,7%</b>	<b>60,4%</b>

***Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados***

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.171,4 milhões comparativamente a R\$1.059,6 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$111,8 milhões ou 10,5%. Este aumento foi impulsionado pelas 31 novas lojas e pela operação das lojas maduras, bem como ao crescimento de receitas do e-commerce.

Assim, as Vendas em Mesmas Lojas (Same Store Sales - SSS) no período foi de 8,6%, considerando a receita bruta, líquida de devoluções, de lojas com 12 meses de operação, além de incluir as receitas do e-commerce.

O e-commerce cresceu 20,6% e atingiu 7,1% de participação nas vendas totais da Companhia, um incremento de 0,6 p.p. em relação ao ano anterior, reflexo da adequada estratégia de marketing digital, que trouxe mais fluxo de clientes e aumento nos pedidos faturados.

A evolução de 10,2% da receita das lojas físicas, que incluem as Lojas Vivara, Life e Quiosques, reflete o bom ritmo de vendas dos itens de coleções, tanto de joias, quanto de Life, que seguem ganhando participação no mix. As vendas dos canais físicos foram impulsionadas, principalmente, pelas Lojas Vivara, que isoladamente cresceram 10,8%.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados***

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 373,6 milhões comparativamente a R\$ 313,5 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 60,1 milhões ou 19,2%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representou 31,9% e 29,6% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esse aumento deveu-se principalmente a (i) um impacto não recorrente, referente a ajustes de margens das transações entre Conipa (indústria) e Tellerina (varejo), que reduziu o custo do primeiro semestre de 2018, em R\$ 27,7 milhões, (ii) maior participação joias e menor participação de produtos Life nas vendas totais, e (iii) pelo aumento do preço do ouro, registrado a partir do segundo semestre de 2019. A margem bruta de 67,6% registrada em 2019, mostra uma importante evolução na margem ao longo do ano, reduzindo, no segundo semestre, a pressão registrada na primeira metade do ano, reflexo da adequada estratégia de precificação da Companhia.

### ***Receitas (despesas) operacionais***

#### **Despesas com vendas**

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 360,1 milhões comparativamente a R\$ 369,8 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação positiva de R\$ 9,7 milhão ou -(2,6%). As despesas com vendas representaram (30,7%) e (34,9%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A alavancagem operacional apresentada é explicada pela adoção do IFRS16, a partir de janeiro de 2019. Pela nova regra de contabilização, a parcela fixa dos aluguéis deixou de ser contabilizada na Demonstração de Resultados, como Despesa com Aluguel e passou a ser contabilizada na Demonstração de Fluxo de Caixa, como Amortização de Arrendamento, reduzindo as despesas com aluguéis em 2019 em R\$ 17,1 milhões. Analisando isoladamente as despesas por natureza, o crescimento das despesas com vendas é explicado (i) pelo aumento do quadro de funcionários, em decorrência das novas lojas em maturação; e (ii) pelo crescimento das despesas com fretes, principalmente, reflexo do aumento da operação de e-commerce.

#### **Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$183,5 milhões comparativamente a R\$ 125,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 57,6 milhões ou 45,8%. As despesas gerais e administrativas representaram (15,7%) e (11,9%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento foi resultado principalmente, (i) pelo aumento da depreciação, em razão da adoção do IFRS16; (ii) pelo aumento das despesas com pessoal, relacionado ao aumento de quadro administrativo, para reforço de áreas estratégicas e da estrutura de governança corporativa, bem como pelo reconhecimento de R\$ 14,9 milhões referente a despesas não recorrentes da Oferta Pública de Ações (IPO); e (iii) pelo aumento das despesas com serviços de terceiros, pela contratação de consultorias voltadas para suportar a implantação da estratégia de omnicanalidade.

#### **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 107,7 milhões comparativamente a R\$ 7,6 milhão no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$100,1 milhões. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representaram 9,2% e 0,7% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao efeito positivo não recorrente de R\$ 103,7 milhões da contabilização do ganho de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ação judicial referente à bitributação do ICMS na base do PIS/COFINS.

O reconhecimento dos créditos atualizados monetariamente de PIS e COFINS referente habilitação do crédito protocolada na Receita Federal em maio de 2019 conforme decisão favorável transitada em julgado de 13 de dezembro de 2018, conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 15 de janeiro de 2019, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições federais. O montante de créditos registrado no período totaliza R\$152,4 milhões, dos quais R\$103,7 correspondente ao valor do principal.

### ***Lucro antes do resultado financeiro***

Lucro antes do resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 361,6 milhões, comparativamente a R\$ 257,5 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 104,1 milhões ou 40,4%. Lucro antes do resultado financeiro representou 30,9% e 24,3% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído aos efeitos acima mencionados.

### ***Resultado financeiro líquido***

Resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de -R\$ 2,5 milhões, comparativamente a - R\$ 36,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 33,6 milhões, redução de 93,2%. O Resultado Financeiro líquido representou (0,2%) e (3,4%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. As despesas financeiras totalizaram - R\$ 69,2 milhões, em dezembro de 2019 e - R\$ 43,2 milhões, no mesmo período do ano anterior, este aumento observado em 2019, efeito do reconhecimento de - R\$ 24,8 milhões de Encargos sobre arrendamentos de direito de uso, pela adoção do IFRS16, a partir de janeiro de 2019. Excluindo esse efeito, as despesas financeiras ficaram praticamente estáveis, nos dois períodos. As receitas financeiras registraram R\$ 66,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, e R\$ 7,2 milhões, em dezembro de 2018, o aumento significativo, é atribuído, substancialmente, ao impacto não recorrente de R\$ 53,7 milhões na correção monetária dos créditos tributários da bitributação do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, conforme já mencionado no item de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Excluindo este efeito, as receitas financeiras registraram R\$ 13,1 milhões, em 2019, R\$ 5,9 milhões maior que o número registrado em 2018, em razão do menor custo de financiamento, bem como pelo rendimento do montante captado na oferta pública de ações.

### ***Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 359,2 milhões comparativamente a R\$ 221,4 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 137,7 milhões ou 62,2%. Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social representou 30,7% e 20,9% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 40,9 milhões, comparativamente a R\$ 23,0 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 17,9 milhões ou 77,9%. Imposto de renda e contribuição social representou (3,5%) e (2,2%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A alíquota efetiva de 11,4% em 2019 foi beneficiada pela declaração de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 40,0 milhões, em dezembro de 2019, a ser ratificado na Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada em abril.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Lucro líquido***

Lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 318,3 milhões comparativamente a R\$ 198,4 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 119,8 milhões ou 60,4%. Lucro líquido representou 27,2% e 18,7% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às variações no lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social e no imposto de renda e contribuição social mencionadas acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****BALANÇOS PATRIMONIAIS****Combinado**

<b>ATIVO (em R\$ milhares)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH 2021 vs. 2020</b>	<b>AH 2020 vs. 2019</b>	<b>AH 2019 vs. 2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa	325.588	12,7%	477.319	22,3%	435.844	23,2%	84.781	9,5%	(31,8%)	9,5%	414,1%
Títulos e valores mobiliários	141.707	5,5%	59.725	3,2%	-	0,0%	590	0,1%	137,3%	(100,0%)	NA
Contas a receber	531.777	20,7%	410.263	19,2%	425.833	22,7%	214.981	24,2%	29,6%	(3,7%)	98,1%
Contas a receber partes relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.911	-	NA	NA	NA
Estoques	527.139	20,6%	365.184	17,1%	348.034	18,5%	348.290	39,1%	44,3%	4,9%	(0,1%)
Impostos a recuperar	47.627	1,9%	101.034	4,7%	95.247	5,1%	56.933	6,4%	(52,9%)	6,1%	67,3%
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	8.223	0,3%	3.262	0,2%	7.669	0,4%	13.607	1,5%	152,1%	(57,5%)	(43,6%)
Instrumentos derivativos ativo	1.159	0,0%	11.767	0,5%	6.796	0,4%	4.208	0,5%	(90,2%)	73,1%	61,5%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.583.220</b>	<b>61,8%</b>	<b>1.428.554</b>	<b>66,7%</b>	<b>1.319.425</b>	<b>70,2%</b>	<b>725.301</b>	<b>81,5%</b>	<b>10,8%</b>	<b>8,3%</b>	<b>81,9%</b>
Títulos e valores mobiliários	186.405	7,3%	164.876	7,7%	-	NA	-	NA	13,1%	NA	NA
Depósitos judiciais	15.016	0,6%	13.457	0,6%	13.614	0,7%	13.309	1,5%	11,6%	(1,2%)	2,3%
Contas a receber partes relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	9.698	1,1%	NA	NA	NA
Imposto de renda e contribuição social diferidos	112.318	4,4%	67.831	3,2%	54.200	2,9%	51.729	5,8%	65,6%	25,2%	4,8%
Instrumentos derivativos ativo	-	0,0%	-	0,0%	2.715	0,1%	6.490	0,7%	NA	NA	(58,2%)
Impostos a recuperar	156.048	6,1%	116.090	5,4%	168.344	9,0%	33.486	3,8%	34,4%	(31,0%)	402,7%
Investimentos	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	NA	NA	NA
Imobilizado	480.988	18,8%	340.907	15,9%	311.620	16,6%	40.824	4,6%	41,1%	9,4%	663,3%
Intangível	29.874	1,2%	8.981	0,4%	9.546	0,5%	8.810	1,0%	232,7%	(5,9%)	8,3%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>980.649</b>	<b>38,2%</b>	<b>712.142</b>	<b>33,3%</b>	<b>560.038</b>	<b>29,8%</b>	<b>164.346</b>	<b>18,5%</b>	<b>37,7%</b>	<b>27,2%</b>	<b>240,8%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.563.869</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.140.697</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.879.463</b>	<b>100,0%</b>	<b>889.647</b>	<b>100,0%</b>	<b>19,8%</b>	<b>13,9%</b>	<b>111,3%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Combinado**

<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH 2021 vs. 2020</b>	<b>AH 2020 vs. 2019</b>	<b>AH 2019 vs. 2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>											
Fornecedores	88.207	3,4%	53.198	2,5%	36.356	1,9%	46.204	5,2%	65,8%	46,3%	(21,3%)
Fornecedores Convenio	69.349	2,7%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	NA	NA	NA
Empréstimos e financiamentos	127.176	5,0%	277.821	13,0%	190.934	10,2%	115.892	13,0%	(54,2%)	45,5%	64,8%
Investimentos - passivo a descoberto	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	478	0,1%	NA	NA	NA
Partes relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	88	0,0%	48.140	5,4%	NA	NA	(99,8%)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	78.046	3,0%	49.922	2,3%	74.367	4,0%	73.608	8,3%	56,3%	(32,9%)	1,0%
Obrigações tributárias	113.491	4,4%	92.177	4,3%	86.778	4,6%	1.224	0,1%	23,1%	6,2%	6989,7%
Parcelamento de tributos	267	0,0%	327	0,0%	457	0,0%	13.224	1,5%	(18,4%)	(28,4%)	(96,5%)
Arrendamentos a pagar	17.141	0,7%	10.367	0,5%	14.856	0,8%	-	NA	65,3%	(30,2%)	NA
Arrendamentos direito de uso a pagar	59.920	2,3%	39.955	1,9%	24.119	1,3%	-	NA	50,0%	65,7%	NA
Juros sobre capital próprio a pagar	58.183	2,3%	22.353	1,0%	35.563	1,9%	-	NA	160,3%	(37,1%)	NA
Dividendos a pagar	12.709	0,5%	12.482	0,6%	-	0,0%	-	NA	1,8%	NA	NA
Outras obrigações	49.807	1,9%	30.441	1,4%	31.862	1,7%	17.643	2,0%	63,6%	(4,5%)	80,6%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>674.296</b>	<b>26,3%</b>	<b>589.043</b>	<b>27,5%</b>	<b>495.379</b>	<b>26,4%</b>	<b>316.413</b>	<b>35,6%</b>	<b>14,5%</b>	<b>18,9%</b>	<b>56,6%</b>
	-		-		-						
<b>NÃO CIRCULANTE</b>											
Empréstimos e financiamentos	164.037	6,4%	112.500	5,3%	79.420	4,2%	99.553	11,2%	45,8%	41,7%	(20,2%)
Parcelamento de tributos	633	0,0%	815	0,0%	1.865	0,1%	2.110	0,2%	(22,3%)	(56,3%)	(11,6%)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17.054	0,7%	24.636	1,2%	15.234	0,8%	19.766	2,2%	(30,8%)	61,7%	(22,9%)
Arrendamentos direito de uso a pagar	310.148	12,1%	235.273	11,0%	225.281	12,0%	-	NA	31,8%	4,4%	NA
Obrigações trabalhistas e previdenciárias LP	1.266	0,0%	6.954	0,3%	-	0,0%			(81,8%)		
Outras obrigações	3.703	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	692	0,1%	NA	NA	NA
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>496.842</b>	<b>19,4%</b>	<b>380.178</b>	<b>17,8%</b>	<b>321.799</b>	<b>17,1%</b>	<b>122.121</b>	<b>13,7%</b>	<b>30,7%</b>	<b>18,1%</b>	<b>163,5%</b>
	-		-		-						
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO COMBINADO</b>											
Capital social	1.105.381	43,1%	1.105.381	51,6%	1.052.340	56,0%	147.712	16,6%	0,0%	5,0%	612,4%
Reserva de Lucros	339.918	13,3%	119.136		-				185,3%		
Reserva Legal	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.836	0,2%	#DIV/0!	NA	(100,0%)
Reservas de capital	(52.568)	(2,1%)	(53.041)	(2,5%)	2.644	0,1%	-	NA	(0,9%)	(2105,8%)	NA
Prejuízos acumulado	0	0,0%	0	0,0%	7.301	0,4%	291.372	32,8%	7,3%	NA	(97,5%)
Outros resultados não abrangentes	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	10.097	1,1%	#DIV/0!	NA	(100,0%)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.392.731</b>	<b>54,3%</b>	<b>1.171.476</b>	<b>54,7%</b>	<b>1.062.285</b>	<b>56,5%</b>	<b>451.017</b>	<b>50,7%</b>	<b>18,9%</b>	<b>10,3%</b>	<b>135,5%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.563.869</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.140.697</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.879.463</b>	<b>100,0%</b>	<b>889.551</b>	<b>100,0%</b>	<b>19,8%</b>	<b>13,9%</b>	<b>111,3%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS DA VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020*****Ativo circulante***

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$ 1.583,2 milhões, em comparação com R\$ 1.428,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 61,8% em 31 de dezembro de 2021 e 66,7% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$ 154,6 milhões ou 10,8%, decorreu principalmente de: (i) aumento de R\$161,9 milhões nos estoques da Companhia, reflexo da estratégia de adequação da composição do estoque, aumentando o sortimento de produtos nas lojas e composição dos estoques das novas lojas inauguradas, e (ii) pelo aumento de R\$ 121,5 em contas a receber, reflexo natural do incremento de vendas no período.

***Ativo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 980,6 milhões, em comparação com R\$ 712,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 38,2% em 31 de dezembro de 2021 e 33,3% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$268,5 milhões ou 37,7%, decorreu principalmente por aumento de: (i) R\$ 140,1 milhões de aumento de imobilizado, pela adição de novas lojas ao longo de 2021; e (iii) R\$ 44,5 milhões em imposto de renda e contribuição social deferidos.

***Passivo circulante***

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$ 674,3 milhões, em comparação com R\$ 589,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 26,3% em 31 de dezembro de 2021 e 27,5% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento nominal de R\$ 85,2 milhões, ou 14,5%, decorreu de: (i) aumento de R\$ 69,3 milhões na linha de fornecedores convenio, estratégia adotada pela Companhia para alongar o prazo de pagamento de fornecedores de matéria prima, através de operações de Risco Sacado; (ii) aumento de R\$ 35,8 milhões na linha de juros sobre capital próprio a pagar; e (iii) aumento de R\$ 16,8 milhões na linha de fornecedores. Em contrapartida aos aumentos mencionados acima, a linha de empréstimos e financiamentos ficou menor em R\$ 150,1 milhões, refletindo a amortização de aproximadamente R\$100 milhões no 1T21, após captação adicional realizada no 4T20 para aproveitamento do benefício temporário de IOF.

***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 496,8 milhões, em comparação com R\$380,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 19,4% em 31 de dezembro de 2021 e 17,8% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$ 116,7 milhões ou 30,7%, deu-se principalmente pelo aumento de: (i) R\$ 74,8 milhões na linha de arrendamentos direito de uso a pagar pela adição dos contratos das novas lojas; (ii) aumento de R\$51,5 na linha de empréstimos e financiamentos, resultado do movimento de alongamento da dívida.

***Patrimônio líquido combinado***

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 1.392,7 milhões, em comparação com R\$ 1.171,4

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R\$ 221,2 milhões ou 18,9%, deu-se pelo aumento de R\$ 220,8 milhões em reservas de capital, em função do resultado acumulado no período.

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS DA VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

#### ***Ativo circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 1.428,6 milhões, em comparação com R\$ 1.319,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 66,7% em 31 de dezembro de 2020 e 70,2% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 109,1 milhões ou 8,3%, decorreu principalmente de: (i) aumento de R\$41,5 milhões no caixa da Companhia, reflexo da geração de caixa operacional, bem como pela disciplina financeira que garantiu preservação dos recursos no período e (ii) aumento de R\$ 17,2 em estoques, principalmente pelo maior número de operações.

#### ***Ativo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 712,1 milhões, em comparação com R\$ 560,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 33,3% em 31 de dezembro de 2020 e 29,8% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$152,1 milhões ou 27,2%, decorreu principalmente por aumento de: (i) R\$ 164,9 milhões referente aos títulos e valores mobiliários, em razão da diversificação dos investimentos da tesouraria; (ii) R\$ 24,0 milhões de aumento de imobilizado, pela adição de investimento ao longo de 2020; e (iii) R\$ 13,6 milhões em imposto de renda e contribuição social deferidos.

#### ***Passivo circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$ 589,1 milhões, em comparação com R\$ 495,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 26,9% em 31 de dezembro de 2020 e 26,4% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 93,7 milhões, ou 18,9%, decorreu de: (i) aumento de R\$ 15,8 milhões na linha de arrendamentos direito de uso a pagar; (ii) aumento de R\$ 16,8 milhões na linha de fornecedores; e (iii) aumento de R\$ 86,9 milhões na linha de empréstimos e financiamentos, para ajuste na estrutura de capital da Companhia;

#### ***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 380,2 milhões, em comparação com R\$321,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 17,3% em 31 de dezembro de 2020 e 28,9% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 58,4 milhões ou 18,1%, deu-se, principalmente, (i) aumento de R\$33,1 na linha de empréstimos e financiamentos, pelas captações de alongamento da dívida; (ii) R\$ 10,0 milhões na linha de arrendamentos direito de uso a pagar pela adição dos contratos das novas lojas.

#### ***Patrimônio líquido combinado***

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 1.224,5 milhões, em comparação com R\$ 1.062,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R\$ 261,2 milhões ou 13,5%, deu-se ao aumento de R\$ 116,5 em reservas de capital, pelo resultado do período.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS COMBINADAS DA TELLERINA E DA CONIPA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018*****Ativo circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$ 1.319,4 milhões, em comparação com R\$ 725,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 70,2% em 31 de dezembro de 2019 e 81,5% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$ 594,1 milhões ou 81,9%, decorreu principalmente de: (i) aumento de R\$351,1 milhões no caixa da Companhia, referente a entrada dos recursos líquidos provenientes da Oferta Pública de Ações, concluída em outubro de 2019; (ii) aumento de R\$ 210,8 milhões de contas a receber, principalmente, pela mudança da política de antecipação de recebíveis, que a partir de setembro de 2019 deixou de existir, zerando os saldos no final do exercício; e (iii) aumento de R\$ 38,3 milhões em impostos a recuperar referentes, majoritariamente, a créditos diversos apurados de períodos anteriores, com expectativa de realização total no exercício de 2020, através da compensação com outros tributos federais.

***Ativo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$ 560,0 milhões, em comparação com R\$ 164,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 29,8% em 31 de dezembro de 2019 e 18,5% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$ 395,7 milhões ou 240,8%, decorreu principalmente por aumento de: (i) R\$ 270,8 milhões em imobilizado, principalmente referente à implementação do CPC 06 (R2)/IFRS 16; e (ii) R\$ 134,9 milhões em impostos a recuperar, principalmente, referentes ao crédito de IRPJ e CSLL apurado através da exclusão da base de cálculo do incentivo de ICMS da ZFM, no período compreendido entre 2013 e 2016.

Especificamente sobre a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, quando a norma passou a vigorar, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável abordagem retrospectiva, sem efeito nas informações de períodos anteriores. O efeito da adoção da norma no ativo não circulante da Companhia foi R\$ 245,5 milhões, em 31 de dezembro de 2019.

***Passivo circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$ 495,4 milhões, em comparação com R\$ 316,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 26,4% em 31 de dezembro de 2019 e 35,6% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$ 178,9 milhões, ou 56,5%, decorreu de: (i) aumento de R\$ 75,1 milhões na linha de empréstimos e financiamentos, para ajuste na estrutura de capital da Companhia; e (iii) incremento de R\$ 35,5 milhões em Juros sobre Capital Próprio a pagar, referente a declaração de pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 40,0 milhões a ser ratificado na Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada em abril.

***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$ 321,8 milhões, em comparação com R\$122,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 28,9% em 31 de dezembro de 2019 e 13,7% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$199,7 milhões ou 163,5%, pode ser atribuído substancialmente ao incremento de R\$225,3 milhões com arrendamentos

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de direito de uso a pagar, referentes à implementação do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Especificamente sobre a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, quando a norma passou a vigorar, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável abordagem retrospectiva, sem efeito nas informações de períodos anteriores. O efeito da adoção da norma no Passivo Circulante da Companhia foi R\$ 249,4 milhões, em 31 de dezembro de 2019, referente aos arrendamentos de direito de uso de locação de imóveis representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis das lojas, fábrica e escritórios da Companhia. A norma não considera os aluguéis variáveis dos contratos vigentes.

### ***Patrimônio líquido combinado***

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 1.062,3 milhões, em comparação com R\$ 451,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$ 611,3 milhões ou 135,5%, deu-se principalmente, ao aumento de R\$ 904,6 no capital social, em virtude do desdobramento de ações, além da emissão de novas ações referente à Oferta Primária de Ações.

### **FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa combinada da Tellerina e da Conipa para os períodos e exercícios indicados:

(em R\$ milhares)	Combinado				AH 2021 X 2020	AH 2020 X 2019	AH 2019 X 2018
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	219.298	252.093	44.528	155.740	(13,0%)	466,1%	(71,4%)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(207.589)	(269.313)	(32.430)	(11.166)	(22,9%)	730,5%	190,4%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(163.915)	58.695	338.966	(184.552)	(379,3%)	(82,7%)	(283,7%)

## **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

### ***Fluxo de caixa das atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 219,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma geração de caixa de R\$252,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução na geração de caixa de R\$ 32,8 milhões, ou -13,0%, é justificada, principalmente, pela maior alocação em capital de giro pela retomada da operação das lojas e correspondente crescimento em vendas.

### ***Fluxo de caixa das atividades de investimento***

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 207,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a um consumo de R\$ 269,3 milhões para o no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Esse recuo de R\$ 61,7 milhões, ou -22,9%, é justificado pela redução no investimento em aplicações financeiras de R\$ 121,1 milhões. Em contrapartida, a aquisição de imobilizado e intangível teve um aumento de R\$ 59,3 milhões, em razão da aceleração do plano de expansão orgânica das lojas Vivara e Life.

### ***Fluxo de caixa das atividades de financiamento***

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O caixa líquido consumido das atividades de financiamento totalizou R\$ 163,9 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma geração de caixa de R\$ 58,7 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução de R\$ 222,6 milhões, ou -379,3%, é justificado por: (i) uma redução em R\$ 196,0 milhões nas captações de empréstimos, abatidas as amortizações de empréstimos e (ii) pela distribuição de JCP e dividendos em R\$12,5 milhões.

**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019*****Fluxo de caixa das atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 252,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um caixa de R\$44,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento na geração de caixa de R\$ 207,6 milhões, ou 466,1%, é justificada, principalmente, pela maior alocação em capital de giro.

***Fluxo de caixa das atividades de investimento***

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 269,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um consumo de R\$ 32,4 milhões para o no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$ 236,8 milhões, ou 730,5%, é justificada por um aumento de aplicações financeiras.

***Fluxo de caixa das atividades de financiamento***

O caixa líquido das atividades de financiamento totalizou R\$ 58,7 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um uso de R\$ 339,0 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Este recuo de R\$ 280,3 milhões, ou -82,7%, é justificado por: (i) um aumento de R\$ 70,8 milhões nas captações de empréstimos, abatidas as amortizações de empréstimos e (ii) pelo aumento de capital e captação de recursos referente à Oferta Pública de Ações, concluída em outubro de 2019.

**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018*****Fluxo de caixa das atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 44,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um caixa de R\$155,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução na geração de caixa de R\$ 111,2 milhões, ou 71,4%, é justificada por: (i) aumento de R\$ 210,8 milhões de contas a receber, principalmente, pela mudança da política de antecipação de recebíveis, que a partir de setembro de 2019 deixou de existir, zerando os saldos no final do exercício.

***Fluxo de caixa das atividades de investimento***

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 32,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de R\$ 11,2 milhões para o no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$ 21,3 milhões, ou 190,4%, é justificada por um aumento de investimentos de R\$ 28,2 milhões na comparação entre os dois anos, principalmente em novas lojas e reformas das lojas existentes e



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

de R\$ 5,0 milhões em ativos intangíveis, em decorrência do pagamento maior de luvas para as novas lojas físicas e investimentos maiores na manutenção dos sistemas da Companhia.

***Fluxo de caixa das atividades de financiamento***

O caixa líquido das atividades de financiamento totalizou R\$ 338,9 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um uso de R\$ 184,5 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Este aumento R\$ 523,5 milhões, ou 283,7%, é justificada por: (i) um aumento de R\$ 49,5 milhões nas captações de empréstimos, abatidas as amortizações de empréstimos e (ii) pelo aumento de capital e captação de recursos referente à Oferta Pública de Ações, concluída em outubro.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 Resultado operacional e financeiro

#### (a) Resultados das operações do emissor

##### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, foi através de suas lojas físicas espalhadas por todas as regiões do país, em 24 estados e o Distrito Federal. Em 2021, o destaque do ano foi a consolidação do desempenho das vendas digitais que atingiram R\$ 320,1 milhões no ano, um crescimento de 201,3% comparado à 2019 e 3,5% em relação ao ano anterior, representando 17,4% da receita total acumulada neste período.

##### (ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores: benefícios fiscais, inflação, desemprego, crédito ao consumidor, valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) e a volatilidade no preço das commodities ouro e prata que são os principais insumos do processo produtivo.

A Companhia está inserida no segmento de varejo e nossas operações consistem principalmente na venda de joias confeccionada com ouro e prata, relógios, perfumes e acessórios diversos. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

(i) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2019, 2020 e 2021 apresentou variação de 1,4%, -4,1% e 4,7% respectivamente. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país.

(ii) Inflação: Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto, principalmente em nossas despesas, como salários e contratos de aluguéis, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,3%, 4,5% e 10,1% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 respectivamente. O IGP-M apresentou variação de 7,3%, 23,1% e 17,8% para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 10.2(b) e 10.2(c) deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(iii) Dólar: A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais já que muitos produtos que comercializamos possuem componentes importados de forma que seus custos variam com a variação do câmbio como, por exemplo, pedras preciosas, e uma parte significativa dos nossos insumos são denominados em dólar. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 o dólar apresentou variação ao ano de 4,0%, 29,0% e 7,3%, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 10.2(b) deste Formulário de Referência.

(iv) Comportamento de compra do consumidor: Estamos constantemente pesquisando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e potenciais consumidores também para entender onde podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço que prestamos para continuar entregando a melhor experiência de compra possível. As pesquisas de tendências realizadas buscam entender os fatores pessoais, sociais e culturais que podem interferir no comportamento de compra do consumidor.

(v) O custo dos nossos principais insumos: Nossos principais insumos, ouro, prata e pedras preciosas, são commodities, cujos preços flutuam no mercado global e podem adversamente afetar as nossas vendas, margens e lucro líquido, caso não consigamos repassar aumentos nos preços para os nossos clientes ou caso tais aumentos resultem numa redução nas nossas vendas. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, o grama do ouro em reais apresentou variação ao ano de 23,1%, 61,4% e 1,8%, respectivamente. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, o grama da prata em reais apresentou variação ao ano de 19,8%, 90,8% e -7,4%, respectivamente.

(vi) Benefícios fiscais: Os benefícios fiscais possuem relação direta com o preço praticado na venda de nossos produtos e, caso os incentivos sejam suspensos, modificados, cancelados, revogados, não sejam renovados ou prorrogados, nossa situação financeira pode ser afetada adversamente.

Adicionalmente, para maiores informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, sugerimos a consulta ao item 7.3 do Formulário de Referência, disponível no site de RI da Companhia.

### **(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossos produtos, bem como trabalhar no desenvolvimento de peças de novas coleções de forma a reduzir, em momentos pontuais, o impacto de fortes oscilações de preço de matérias primas e garantir que a pirâmide de produtos da Companhia tenha produtos em diferentes níveis de preço.

Além disso, variações de receitas também podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem o setor em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, cotação de *commodities* (ouro e prata), taxa de inflação ou na taxa de juros.

### **(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra dos nossos consumidores, afetando adversamente

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação, cotação de metais preciosos e dólar são periodicamente repassadas para nossos clientes. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos. Já um aumento significativo do dólar norte americano ou da cotação de ouro, por exemplo, encareceria os nossos produtos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução dos mesmos índices tornaria esses produtos mais baratos, estimulando mais suas vendas. Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 do Formulário de Referência. Os efeitos de eventuais aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Documento.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

No primeiro e segundo trimestre de 2021, com a pandemia da COVID-19, a receita Companhia sofreu impacto em razão do fechamento das lojas no primeiro semestre do ano. Porém, considerando a recuperação dos meses subsequentes, o ano consolidado de 2021 não apresenta impactos de alta relevância nesse sentido.

Em 2020, com a pandemia da COVID-19, a Companhia teve um impacto negativo de 10,2% na receita, em razão do fechamento das lojas ao longo do ano. A recuperação foi gradual, mês após mês, sendo que no último trimestre o crescimento foi de 14,4%.

Alheio ao fato acima citado, não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Os Diretores informam que a Companhia não adotou ou verificou alterações significativas nas práticas contábeis.

**(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os Diretores da Companhia informam que por não haver mudanças relevantes nas práticas contábeis, eventuais impactos de divulgação ou valores já foram considerados nas próprias demonstrações financeiras.

**(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021 não possuem ressalvas ou ênfases.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como IFRS e BR GAAP.

A Administração considera uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar a situação financeira da Companhia e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos.

Na elaboração das demonstrações financeiras, realizamos estimativas e julgamentos que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas com base em nossa experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e que acreditamos serem razoáveis diante das circunstâncias. Por isso, os resultados finais podem ser diferentes daqueles estimados.

A Administração revisa as demonstrações financeiras para assegurar que informações são precisas e transparentes relativas às condições econômicas vigentes e ao ambiente de negócios.

#### Práticas Contábeis Críticas

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, combinadas e consolidadas, da Companhia.

#### a) Valor justo de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está demonstrada na NE 3 de nossa demonstração financeira consolidada.

A Administração determina o valor justo de instrumentos financeiros através da marcação a mercado disponibilizada pelos bancos e entende que tais valores refletem a posição de mais segura do valor das dívidas financeiras da Companhia. Adicionalmente, em função do previsto no IFRS 9/CPC 48 a Administração julgou importante reconhecer, através de outros resultados abrangentes, o valor justo de recebíveis para os quais a Companhia já realizou ou tem intenção de realizar a antecipação com instituições financeiras e adquirentes.

#### b) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Anualmente é realizada análise dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia a fim de determinar se existe evidência ou expectativa de que um ativo possa ter sofrido perda por redução ao valor recuperável.

Para determinar o valor em uso de um ativo a Companhia calcula os fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo em análise. A Administração avalia seus ativos de acordo com as unidades geradoras de caixa, quais sejam os pontos de vendas da Companhia.

Quando houver indicação de perda ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado uma provisão, com base no maior dos valores entre: o valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso deduzido do valor residual do ativo.

#### c) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base no lucro líquido anual de acordo com a legislação fiscal vigente na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração financeira, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros, bem como exclui itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes e considerando os diferentes benefícios fiscais aplicados a cada entidade. A empresa Conipa, que opera na Zona Franca de Manaus detém benefício fiscal do Lucro da Exploração que prevê redução de 75% da base de cálculo do imposto de renda. Maiores informações sobre os benefícios fiscais estão contidas na NE 3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

### Impostos diferidos

Os efeitos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases tributáveis de ativos e passivos são diferidos e reconhecidos com relação ao imposto de renda e à contribuição social diferidos até o valor considerado razoável, de acordo com a sua realização esperada. Os valores de impostos diferidos são reconhecidos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Administração revisa anualmente os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos a fim de verificar se a sua recuperabilidade é possível com base no cálculo de resultados futuros baseados nos orçamentos e expectativas de resultados tributáveis dos exercícios subsequentes.

### **d) Provisões**

As provisões são reconhecidas no resultado quando um evento passado resulta em uma obrigação presente, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. A administração valida e aprova o reconhecimento das provisões.

### **e) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários**

A provisão para riscos cíveis (de processos de não consumidores), trabalhistas e tributários é realizada com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, que avaliam a probabilidade de perda e estimam os valores prováveis de pagamentos, para cada uma das ações individualmente.

Os riscos de processos cíveis de origem de consumidores são provisionados considerando o valor médio de pagamentos efetivos do histórico dos últimos 24 meses em processos dessa natureza. A provisão contábil é calculada e reconhecida através do montante encontrado pelo produto do número de ações de consumidores em andamento multiplicado pela média histórica de pagamentos.

A Administração revisa e valida essas premissas anualmente na data da apresentação das demonstrações financeiras.



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a Companhia classificou seus contratos de arrendamento e conforme previsto na norma contábil aplicou a isenção do reconhecimento do ativo e passivo de arrendamento referente aos contratos de alugueis variáveis ou de curto prazo e para tais contratos manteve o registro como despesa operacional.

Em 31 de dezembro de 2021 havia 293 contratos de arrendamento mercantil dos quais 64 foram classificados como despesa operacional, em função do pagamento de aluguel ser variável, incidente sobre as vendas, sem valor mínimo garantido.

**(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(iv) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras combinadas das subsidiárias da Companhia relativas ao exercício social encerrado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8 Plano de Negócios****(a) Investimentos****(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos**

No resultado acumulado de 31 de dezembro de 2021, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível somaram R\$ 101,8 milhões, incluindo a abertura de 46 novos pontos de venda, investimentos em reformas e manutenção de lojas do parque existente, bem como investimentos em sistemas e equipamentos de TI e melhorias e expansão da fábrica.

**(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data deste documento, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Ao longo de 2021, os investimentos em na fábrica foram de R\$10,7 milhões, dos quais R\$7,5 milhões em equipamentos e obras de infraestrutura para ampliação das capacidades produtivas. Os investimentos foram concentrados nas fábricas de ouro e prata.

**(c) Novos produtos e serviços****(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

A companhia registrou o investimento no montante total de R\$3.495.036,78 em projetos de pesquisa e desenvolvimento no ano de 2021.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9 Outros fatores com influência relevante**

Ao longo do item 10, foram apresentadas as informações financeiras combinadas das subsidiárias da Companhia, Tellerina e a Conipa, com a holding Vivara S.A., para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, pois a Vivara Participações foi constituída em 23 de maio de 2019.

Já as informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são consolidadas, em linha com as demonstrações financeiras da companhia.